



PORTO CIDADE REGIÃO



ENCONTRO DE REFLEXÃO PROSPECTIVA.
COMUNICAÇÕES

AUTORES: ROSA BIZARRO, FÁTIMA BRAGA

TÍTULO: A FORMAÇÃO DE PROFESSORES DE LÍNGUAS VIVAS DOS ENSINOS BÁSICO E SECUNDÁRIO NA

FLUP: DO TRABALHO FEITO AOS DESAFIOS QUE SE IMPÕEM

L'apport des enseignants est crucial pour préparer les jeunes non seulement à aborder l'avenir avec confiance, mais à le construire eux-mêmes de manière déterminée et responsable.

(UNESCO, 1996)

Os professores são potencialmente o trunfo primordial para a realização da visão de uma sociedade de aprendizagem.

(DAY, 2001)

A Faculdade de Letras da Universidade do Porto (FLUP) foi criada em 1919, pela Lei n.º 861, de 27 de Agosto, com um quadro de disciplinas, grupos e secções análogo ao das Faculdades de Letras de Lisboa e Coimbra, a saber: Filologia Clássica, Filologia Românica, Filologia Germânica, Ciências Históricas e Geográficas e Filosofia.

Extinta por razões que nos abstermos de apresentar e/ou comentar aqui, pelo Decreto n.º 15 365, de 12 de Abril de 1928 (o último exame de licenciatura realizou-se a 29 de Julho de 1931), abre novamente as suas portas graças ao Decreto-Lei n.º 43 864, de 17 de Agosto de 1961, onde se defende a implementação da tríplice “missão das Universidades (...): preparação profissional; investigação científica; ensino cultural”. De então para cá, de modo mais ou menos assumido, com mais ou menos resistências (nomeadamente, internas)¹, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto teve como missão (entre outras) formar professores dos hoje designados ensinos básico e secundário, compreendendo, por antecipação, que “a propriedade emergente fundamental das novas cidades em auto-organização no século XXI é a Educação, ou seja, que o princípio motor de inteligibilidade urbana será, de maneira crescente, a apropriação do atributo de Aparente” (Carneiro, 2001, p. 285).

De modo concreto, desde 1988, a FLUP implementa (em regime transitório e em colaboração com a Direcção Regional de Educação do Norte - DREN) o estágio pedagógico das suas licenciaturas mais particularmente vocacionadas para a via ensino e decide, concomitantemente, iniciar as licenciaturas do ramo educacional, regulamentadas pela Portaria n.º 659/88, de 29 de Setembro.

Neste contexto, e com base nos dados fornecidos pelos diferentes serviços da própria instituição², de 1988 e até final de 2002-2003, a Faculdade de Letras da Universidade do Porto foi responsável pela formação inicial de 4084 docentes dos ensinos básicos e secundário (vide Quadro 1).

Cursos	Alunos Diplomados														
	88/89	89/90	90/91	91/92	92/93	93/94	94/95	95/96	96/97	97/98	98/99	99/00	00/01	01/02	02/03
Linguas e Literaturas Modernas - Variante															
Estudos Franceses e Alemães		3	1												
Estudos Franceses e Ingleses		4	1	1		1									
Estudos Ingleses e Alemães	16	12	2	2		1									
Estudos Portugueses	1	1		1						1					
Estudos Portugueses e Alemães															
Estudos Portugueses e Franceses	4	23	29	10	2	2	2			6					
Estudos Portugueses e Ingleses		1		2											
Total	50	86	74	47	247	286	352	331	321	406	360	397	388	352	387

QUADRO 1 - NÚMERO DE ALUNOS DO RAMO EDUCACIONAL FORMADOS PELA FLUP ENTRE 1988-89 E 2002-2003

Quanto à formação contínua destinada a docentes dos ensinos básico e secundário, ela foi, desde sempre, apanágio da FLUP – mesmo antes de se ter consciência – como hoje se tem – das modalidades e dos objectivos que essa formação pode assumir.³ Adepta incondicional da assunção desse papel, a FLUP abriu-se à realização de diferentes acções de formação desse tipo (mais de cinco dezenas), concretamente desde 1993, tendo, para isso, recebido, inclusivamente, o apoio financeiro do Programa FOCO. A expressividade numérica dos formandos que concluíram com sucesso esse tipo de formação é também digna de registo (vide, a título de exemplo, os números relativos aos dois últimos anos - Quadro 2).⁴

Ano lectivo	Número de acções	Horas de formação	Número de formandos aprovados
2002	11	375	174
2003	10	325	145

QUADRO 2 - NÚMERO DE ACÇÕES DE FORMAÇÃO CONTÍNUA REALIZADA PELA FLUP E RESPECTIVOS FORMANDOS APROVADOS (2002 E 2003)

Relativamente à formação ao nível da pós-licenciatura, visível em diferentes mestrados, cursos de estudos integrados de mestrado e doutoramento, cursos e diplomas de especialização e doutoramentos, os números disponíveis existentes⁵ falam por si, na defesa do princípio por nós aqui lembrado do papel particularmente activo da Universidade do Porto e da sua Faculdade de Letras na construção do tecido profissional e humano da sua cidade, da sua região e até do seu país.

A formação de professores tem sido, pois, força motriz de grande parte do trabalho (docente, investigativo, administrativo...) da Universidade do Porto, permitindo-nos dizer que esta instituição tem sabido dar corpo ao parecer emitido pelo Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) e de que aqui transcrevemos o excerto seguinte: “Não é por ter uma vertente profissionalizante que a formação de professores deve deixar de ser realizada nas Universidades. Pelo contrário, a sua sólida base cultural, a sua íntima ligação com a investigação sugerem que as Universidades são, na verdade, locais privilegiados para a realizar” (CRUP, 1997: 11).

E é, precisamente, com base neste parecer que, aceitando o repto lançado pela Declaração de Bolonha⁶, esboçaremos, agora, as linhas essenciais que, na nossa opinião, deveriam pautar, num futuro próximo, as estratégias de redefinição da formação inicial de professores a desenvolver pela Universidade do Porto, em geral, e pela sua Faculdade de Letras, em particular, no diálogo com a cidade e a região em que está inserida. Noutra momento e local⁷, tivemos já ocasião de esboçar o perfil de uma formação académica de professores de línguas vivas dos ensinos básico e secundário, consentânea com os princípios defendidos na referida Declaração. Hoje, aqui, gostaríamos de dirigir a nossa reflexão e propostas de actuação para a componente “estágio pedagógico”.

Como bem sabemos e o próprio CRUP o reconhece, “a formação não se pode reduzir à sua dimensão académica (aprendizagem de conteúdos organizados por disciplinas), mas tem de integrar uma componente prática e reflexiva. Só esta componente permite [...] o desenvolvimento da sua capacidade de compreensão do real através da observação e da intervenção” (CRUP, 1997: 8).

Deste modo, o diálogo Universidade do Porto - Ministério da Educação é necessário e reivindica-se. Mas em moldes, no nosso entendimento, necessariamente diferentes daqueles que até agora têm acompanhado a formação inicial de docentes dos ensinos básico e secundário.

Com efeito, e tomando como exemplo a situação que se vive, desde a implementação do chamado ramo educacional, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, a formação prática dos futuros docentes é realizada em escolas seleccionadas pela DREN, assistindo-se, nos últimos anos, a uma escolha praticamente aleatória dessas escolas ou, pelo menos, sem jamais se ter efectivado um diálogo significativo entre as partes envolvidas, nem consciencializado os padrões científico-pedagógicos que pautam a formação inicial de professores outorgada pela FLUP. O diálogo institucional existe, mas reduz-se, praticamente, aos aspectos técnicos, dissociando-se do esforço de compreensão não só da filosofia de base do processo de formação como também do papel a assumir (em termos de direitos e de responsabilidades) pelos diferentes intervenientes.

O estagiário da FLUP deve realizar, durante um ano lectivo, o estágio pedagógico numa escola básica ou secundária afecta à DREN. Esta escolhe a escola que, por sua vez, escolhe o orientador que, localmente, ficará encarregado do acompanhamento do estagiário e, por essa via, responsável pela classificação final de estágio, em igualdade de circunstâncias com o supervisor que, ao serviço da FLUP, se desloca às escolas, dentro de princípios, finalidades e moldes definidos em regulamento próprio⁸. A classificação dada pelo agente “orientador” é soberana, independente da opinião ou juízo de valor do supervisor (agente formador representante da instituição de ensino superior responsável pela formação) e do melhor ou pior entendimento do espírito e da letra que o orientador possua em relação ao processo de formação desenvolvido pela FLUP.

No final do estágio (se concluído com êxito), o estagiário passará a estar dotado de habilitação própria para a docência, conferida, em diploma, pela Universidade do Porto.

À primeira vista, nada de muito relevante a assinalar, mas, numa abordagem mais próxima, encontramos matéria suficiente para repensarmos alguns princípios e actuações. A título de exemplo, sublinhemos:

- Em primeiro lugar, a escolha das escolas;
- Em segundo lugar, a selecção dos orientadores e o seu perfil profissional, tendo em vista a realização destas funções específicas;
- Em terceiro lugar, o perfil científico-pedagógico dos docentes que, em nome da FLUP, se responsabilizam pelo acompanhamento e formação do chamado ano de estágio;
- Em quarto lugar, a verdadeira monitorização, por parte da UP, do processo e dos agentes de formação exteriores a esta Instituição e a (in)capacidade de avaliar a sua actuação;
- Em quinto lugar, o perfil de partida e de chegada do professor em formação inicial;
- Em sexto lugar, o modo como a instituição de ensino superior vivencia esta sua formação e perspectiva o seu desenvolvimento;
- Por fim, a necessidade de se repensar a formação em curso, para dar resposta às exigências, cada vez maiores, do “mercado” em que estes profissionais se vão integrar.

Não poderemos, aqui e agora, equacionar todos estes aspectos. Mas, num evento que se pretende propulsor de uma reflexão sobre o modo como a Universidade do Porto dialoga com o meio (local, regional e até nacional, diríamos nós) em que se insere, no intuito, inclusivamente, de ajudar o meio a perspectivar o seu futuro, julgamos poder lançar para a mesa do debate algumas questões – que não gostaríamos que fossem retóricas – cuja finalidade primeira é levar à “elaboração de estratégias, medidas e acções concretas capazes de definir um projecto mobilizador para o Porto, cidade região” e até para o País, assumido como um caminho de qualidade.

Elas são, ainda, a base de uma actuação que se pode e deve realizar num futuro próximo, que decorre de uma atitude reflexiva que se vem acentuando nos últimos anos, já que, como bem sabemos, “a reflexividade é condição necessária ao salto quântico de qualidade nos sistemas sociais” (Carneiro, *ibidem*, p. 184).

Neste sentido, comecemos por interpelar o principal parceiro do diálogo institucional mantido pela UP, em prol da formação inicial de professores (o Ministério da Educação) e interroguemos:

- Por que razão a Universidade do Porto e o Ministério da Educação (via Direcções Regionais, por exemplo) não poderão assinar protocolos de cooperação, na área da formação inicial de professores (ao nível do ensino básico e do ensino secundário), em que sejam visíveis os direitos e as responsabilidades de ambas as partes?
- Porque não poderá a Universidade do Porto seleccionar, formar e manter a si ligada uma “bolsa” de formadores-orientadores que, tendo vínculo ao ME, pudessem ser, específica e prioritariamente por si escolhidos para a função de orientadores dos estágios de que a instituição de ensino superior é a responsável certificativa?
- Porque não poderão a Universidade do Porto e o Ministério da Educação levar a cabo, em conjunto, uma avaliação do impacto de qualidade com que a actuação de professores dos ensinos básico e secundário formados pela UP tem marcado o tecido social em que se insere (Estrela, Esteves e Rodrigues, 2002)?

Dirigindo-nos, agora, à própria UP, gostaríamos de saber :

- Porque não partilhar com outras instituições congéneres a responsabilidade da formação dos seus estagiários, levando-os a, obrigatoriamente, estudarem e se formarem noutras universidades (nacionais e estrangeiras), tornando-os, também aqui, agentes de mobilidade?
- Onde está a definição de um perfil funcional de orientador de estágio pedagógico, delineado pela própria instituição de ensino superior, na óptica do projecto de formação que possui?
- Onde se encontram os estudos que fundamentem, em termos de exigência de mercado e de previsão de um futuro de maior qualidade, a valorização da formação inicial de professores a desenvolver pela UP?
- Onde estão os meios que permitam que a formação inicial de professores crie apetência para a formação contínua, para a investigação e a reflexão?
- Onde estão os mecanismos que dêem à UP um papel de interlocutor incontornável na definição e implementação de estratégias de qualidade que viabilizem a modernização / inovação / mudança das escolas de ensino básico e secundário pertencentes ao mapa sócio-geográfico em que se insere? Fala-se muito da importância da entrada do meio na gestão da nossa universidade. É tempo de exigir protagonismo da universidade na gestão do meio.

Finalmente, e como último desafio, pretendemos dirigir-nos ao Porto – cidade e região. E perguntamos:

- Por que razão a cidade do Porto – e a sua região, os seus dirigentes políticos, mas também culturais e económicos – não apoiam, de modo preferencial, a formação inicial de professores e a investigação científica que nessa área se produz no seio da UP? Será que os níveis de literacia existentes no Porto podem prescindir da mais-valia da formação de professores desenvolvida pela UP, em geral, e pela FLUP, em particular? Será que o mundo dos números e dos cifrões não vai mais preocupar-se com valores humanistas, competências adequadas ao Homem e com a defesa de princípios éticos e deontológicos de rigor e qualidade? Relembremos somente, de modo breve, que “Quanto maior for a importância atribuída à Educação como um todo – seja com vista à transmissão cultural, à coesão e justiça sociais, ou ao desenvolvimento dos recursos humanos, tão críticos nas

economias modernas e baseadas na tecnologia – maior deverá ser a prioridade concedida aos professores responsáveis por essa mesma educação” (OCDE, 1989, p. 15).

Nestas questões se poderão encontrar os gérmes das linhas estratégicas de actuação que aqui trouxemos, na convicção de que muito há, ainda, a fazer, nesta cidade, nesta região e nesta Universidade, a favor da formação inicial de professores e na convicção firme de que, tal como afirma Mariano Gago:

“É necessário fazer subir o nível de exigência, o nível de inquietação e de insatisfação. Porque, em certas alturas, pode ser confortável todos partilharmos um sentimento de pertença e de estar bem. Mas, para uma reorientação estratégica ser possível, é preciso que um número suficientemente grande de actores reconheça o que está mal e ache que vale a pena gastar esforço, tempo e energia – e ter alguns conflitos, designadamente com colegas – para se bater pela mudança” (Gago, 2003).

Sem presunção – e conhecendo os nossos limites – foi com este intuito que aceitámos integrar este painel.

1. A este propósito, vide BRAGA, F. e BIZARRO, R., 2003.

2. A quem exprimimos os nossos agradecimentos públicos pela colaboração dada na recolha destes dados.

3. Referimo-nos, a título de exemplo, à organização de numerosos eventos científicos, como colóquios, encontros, seminários, conferências que acompanham, intrinsecamente, o modo de estar, de saber e de fazer da FLUP. – cf. diferentes Relatórios anuais de actividades efectuados pelo Conselho Directivo.

4. As acções de formação contínua realizadas entre 1998 e 2001, na FLUP, foram geridas pelo Centro Leonardo Coimbra.

5. Vide, a título de exemplo, Reorientação Estratégica da Universidade do Porto, Boletim da UP, Dezembro de 2003.

6. Vide texto da Declaração de Bolonha de 19 de Junho de 1999 [em linha] disponível em <http://www.sup.adc.education.fr/europedu/french/index.html>

7. Cf. BRAGA, F. e BIZARRO, R., *ibidem*.

8. Vide Portaria nº 659/88, que regulamenta o estágio pedagógico dos ramos de formação educacional dos cursos de licenciatura das Faculdades de Letras das Universidades de Coimbra, de Lisboa e do Porto e da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa e do curso de licenciatura em Ensino de Geografia da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, publicada em DR I série, de 29.9.88. Vide, igualmente, o Regulamento do estágio pedagógico do ramo educacional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publicado em DR II série, de 23.8.91.

9. Cf. texto de divulgação do evento “Porto Cidade Região”.

Referências Bibliográficas

BRAGA, F. e BIZARRO, R. (2003), “Metáforas e Representações de Professores Principiantes: do estudo de caso aos desafios de Bolonha - Contributos para o repensar da Formação Inicial de Professores de Línguas na FLUP”. Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas – Número de Homenagem aos Profs. Doutores Joaquim Fonseca e Jorge Osório. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto: no prelo.

CARNEIRO, R. (2001), “Fundamentos da Educação e da Aprendizagem – 21 ensaios para o século 21”. Vila Nova de Gaia: Fundação Manuel Leão.

CRUP (Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas). (1997). “A formação de Professores no Portugal de Hoje”. (texto policopiado).

DAY, C. (2001), “Desenvolvimento Profissional de Professores – os desafios da aprendizagem permanente”. Porto: Porto Editora.

ESTRELA, M.T.; ESTEVES, M.; RODRIGUES, A. (2002), “Síntese da Investigação sobre Formação Inicial de Professores em Portugal”. Porto: Porto Editora.
GAGO, J. M. (2003), “O que falta na ‘Reorientação’...”. Boletim da Universidade do Porto – Reorientação Estratégica da Universidade do Porto, ano XI, n.º 36.
OCDE (1989), “The condition of teaching: general report”. Paris: OCDE.
UNIVERSIDADE DO PORTO (2003). “Reorientação Estratégica da Universidade do Porto”, Boletim da Universidade do Porto, ano XI n.º 36.

Legislação

Decreto nº 15 365 de 12 de Abril de 1928.

Decreto-Lei nº 43 864 de 17 de Agosto de 1961.

Lei nº 861 de 27 de Agosto de 1919.

Portaria nº 659 de 29 de Setembro de 1988.

Regulamento do Estágio Pedagógico do Ramo Educacional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, publicado em DR II série, de 23.8.91.

Site

Declaração de Bolonha, 19 de Junho de 1999, disponível em
<http://www.sup.adc.education.fr/europedu/french/index.html>

Fátima Braga é mestre em Desenvolvimento Curricular e docente na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Tem no momento a seu cargo um seminário de Metodologia do Ensino do Francês (5.º ano), dos cursos de licenciatura com francês do Ramo de Formação Educacional da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, e a supervisão da prática pedagógica de alunos estagiários desta disciplina.

Rosa Bizarro é Professora Auxiliar da Faculdade de Letras da Universidade do Porto e docente especialmente contratada na Universidade Fernando Pessoa. É investigadora e formadora, com particular interesse por questões relacionadas com as áreas da educação, do ensino e da aprendizagem de línguas vivas e da formação de professores.